



Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Conselho Municipal de Educação



DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA

Resolução SECE nº 04/2017 – Processo nº 11141/2017

DELIBERAÇÃO CME Nº 05, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

“Estabelece diretrizes para efetivar o regime de colaboração entre o Sistema Municipal de Ensino de Itanhaém e os demais sistemas de ensino e dá providências correlatas.”

O Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos artigos 1º, inciso V e 5º, inciso II, alínea “a” Lei Municipal nº 2.316, de 19.09.1997, art. 59 da Lei nº. 4.133 de 12.12.16 e no artigo 11, inciso III, da Lei Federal nº 9.394, de 20.12.1996,

DELIBERA:

Art. 1º - O regime de colaboração a que alude o art. 211, § 4º da Constituição Federal, o art. 8º da Lei nº. 9.394/96, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional e o art. 7º da Lei nº. 13.005/14, que aprovou o Plano Nacional de Educação será implementado no Sistema de Ensino de Itanhaém observando-se as diretrizes fixadas na presente Deliberação.

Art. 2º - O Sistema Municipal de Ensino de Itanhaém poderá estabelecer colaboração ao nível vertical, este entendido como a colaboração estabelecida com a União e/ou o Estado membro e ao nível horizontal, este entendido como a colaboração estabelecida com os demais sistemas municipais de ensino ou com organizações da sociedade civil, na forma da lei.

Parágrafo único: Na colaboração entre os sistemas de ensino deverá ficar estabelecido a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada esfera.



Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Conselho Municipal de Educação



DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA

Resolução SECE nº 04/2017 – Processo nº 11141/2017

Art. 3º - O Município poderá atuar, em colaboração com os demais sistemas de ensino, por meio de planejamento, execução e avaliação nas seguintes ações:

- I - formulação de políticas e planos educacionais;
- II - recenseamento e chamada pública da população para o ensino fundamental e controle da frequência dos alunos;
- III - definição de padrões mínimos de qualidade de ensino, avaliação institucional, organização da educação básica, proposta de padrão referencial de currículo e elaboração do calendário escolar;
- IV - valorização dos recursos humanos da educação;
- V - expansão e utilização da rede escolar de educação básica;
- VI - oferta de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde do escolar;
- VII - outras de interesse do Município.

Art. 4º - O regime de colaboração com a União e/ou Estado será formalizado por meio de convênios ou adesão a programas federais ou estaduais.

Art. 5º - O regime de colaboração com os sistemas de ensino de outros municípios será formalizado, preferencialmente, por meio de Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE), nos termos definidos na Resolução CNE/CEB nº 1/12.

§ 1º - O ADE é uma forma de colaboração territorial, instituída entre entes federados, visando assegurar o direito à educação de qualidade e o desenvolvimento territorial e geopolítico dos envolvidos.

§ 2º - As organizações da sociedade civil poderão ser convidadas a participarem do ADE, celebrando-se termos de colaboração, fomento ou outros instrumentos previstos em lei.

§ 3º - O ADE poderá assumir o modelo de consórcio, nos termos da Lei Federal nº. 11.107/05.



Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Conselho Municipal de Educação



DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA

Resolução SECE nº 04/2017 – Processo nº 11141/2017

Art. 6º - O ADE tem por objetivos, dentre outros:

I – garantir o direito à educação, por meio da oferta de uma educação com qualidade social, refletida, dentre outros aspectos, pelo acesso, permanência, aprendizagem e conclusão dos estudos;

II – fortalecer a democratização das relações de gestão e de planejamento integrado que possa incluir ações como planejamento da rede física escolar, transporte escolar, formação continuada de professores e gestores e organização de um sistema integrado de avaliação;

III - estabelecer normas e formas de atendimento colaborativa para os alunos residentes nas zonas fronteiriças dos territórios municipais;

IV – promover a eficiente aplicação dos recursos de forma solidária para fins idênticos ou equivalentes;

V – incentivar mecanismos de atuação na busca por recursos financeiros para prestação associada de serviços;

VI – estruturar planos intermunicipais de educação visando ao desenvolvimento integrado e harmonioso do território e a redução de disparidades sociais e econômicas locais;

VII – criar Fóruns Permanentes de Educação com abrangência regional.

Art. 6º - A política de formação continuada dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do *caput* da art. 61 da Lei nº. 9.394/96, pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Itanhaém, será implementada preferencialmente, por meio do regime de colaboração com a União ou o Estado, principalmente por meio das universidades públicas.

Art. 8º - O Conselho Municipal de Educação, no uso de sua função consultiva, disposta na lei que o instituiu, deverá ser ouvido antes da formalização de qualquer ato que implique no regime de colaboração entre o Sistema Municipal de Ensino e os demais sistemas de ensino.



**Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Conselho Municipal de Educação**



DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA

Resolução SECE nº 04/2017 – Processo nº 11141/2017

Art. 9º - Esta Deliberação entra em vigor na data da publicação de sua homologação, revogadas as disposições em contrário.

O Conselho Municipal de Educação, em sessão de 29 de novembro de 2017, aprova por (5 votos) a presente Deliberação.

Itanhaém, em 4 de dezembro de 2017.

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO